

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG JACKSON SALES DA SILVA

O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL
E SEU REFLEXO NA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

Rio de Janeiro

2015

CMG JACKSON SALES DA SILVA

O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL
E SEU REFLEXO NA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Cláudio Muniz Jobim

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2015

Dedico este trabalho a minha esposa Cláudia, por ter-me proporcionado a tranquilidade necessária durante as diversas fases de sua elaboração.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa e aos meus filhos, agradeço pelo apoio e pelas constantes demonstrações de amor e carinho, especialmente nos momentos difíceis.

Ao meu pai, agradeço pela minha formação, pelos exemplos e pelos incentivos que sempre me deram.

Ao meu orientador, agradeço pela disponibilidade, pela paciência e pela dedicação no decorrer da confecção deste trabalho.

“Quem ganha as batalhas são os homens e
não os navios”. A. Mahan

RESUMO

O petróleo é a principal matéria-prima da geopolítica, a sua utilização como arma remonta ao século VII, o fogo grego, utilizado pelos bizantinos para defender Constantinopla das incursões árabes. Em pleno século XXI, o triângulo dourado – constituído pelo Golfo do México, Golfo da Guiné e a bacia petrolífera brasileira – representa a nova fronteira na indústria do petróleo. A identificação de reflexividade na geopolítica do petróleo resultante da atuação do Poder naval brasileiro no Atlântico Sul pode ser constatada a partir de análise geopolítica. Os três pilares do poder do estado brasileiro – militar, econômico e político – são ferramentas da análise geopolítica a serem aplicadas ao triângulo dourado. O aprofundamento do modelo globalizante a partir do comércio internacional depende diretamente de transporte marítimo acessível e este, por sua vez, do petróleo barato, já que a energia é o principal insumo da economia. A correlação matemática financeira entre o Poder Naval e a geopolítica do petróleo fundamenta a utilidade de uma marinha na terceira onda do capitalismo, resultando em positiva reflexividade para a geopolítica do petróleo.

Palavras-chave: reflexividade, geopolítica e petróleo.

ABSTRACT

Oil is the main raw material of geopolitics and its use as a weapon dates back to the seventh century, the Greek fire, used by the Byzantines to defend Constantinople from Arab raids. In the XXI century, the golden triangle, formed by the Gulf of Mexico, Gulf of Guinea and the Brazilian oil basin; is the new frontier in the oil industry. The reflexivity identification in the geopolitics of oil resulting from the performance of the Brazilian naval power in the South Atlantic can be seen from geopolitical analysis. The three pillars of power of the Brazilian state, namely: military, economic and political; are tools of geopolitical analysis to be applied to the Golden Triangle. The deepening of the globalization model from international trade depends on cheap shipping directly and this in turn of cheap oil, since energy is the main input of the economy. Financial mathematical correlation between the naval power and the geopolitics of oil underlies the use of a marine in the third wave of capitalism, resulting in positive reflexivity to the geopolitics of oil.

Key words: reflexivity, geopolitics and oil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gráfico da Opção <i>put x underlying</i>	34
Figura 2 - Triângulo Dourado	42
Figura 3 - Canal do Panamá	50

LISTA DE ABREVIATURAS

AJB	ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS
BRICS	BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA, ÁFRICA do SUL
ZEE	ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	GEOPOLÍTICA.....	11
2.1	Teoria.....	11
2.2	Globalização.....	14
2.3	Análise.....	16
3	O PETRÓLEO GEOPOLÍTICO.....	18
3.1	Primórdios.....	18
3.2	O Nascimento da Indústria Petrolífera.....	18
3.3	Os Impérios se Chocam.....	21
3.4	O Petróleo e a Guerra Fria.....	25
3.5	Geopolítica do Petróleo.....	28
4	O PODER NAVAL NA TERCEIRA ONDA DO CAPITALISMO.....	30
4.1	Primeira Onda do Capitalismo.....	30
4.2	Segunda Onda do Capitalismo.....	31
4.3	Terceira Onda do Capitalismo.....	31
4.4	Derivativos.....	32
4.5	Teoria de <i>Hedge</i> com Opções.....	33
4.6	O Poder naval no Século XXI.....	35
4.7	A Riqueza Nacional.....	36
5	O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL.....	38
5.1	Diplomas Legais.....	39
5.2	Entorno Estratégico.....	40
5.3	Segurança Marítima das Bacias Petrolíferas.....	41
5.4	O Emprego da Marinha do Brasil na Defesa das Bacias Petrolíferas.....	41
6	REFLEXIVIDADE NA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO.....	42
6.1	Pilar Político.....	43
6.2	Pilar Econômico.....	45
6.3	Pilar Militar.....	52
7	CONCLUSÃO.....	54
	REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

A geopolítica¹ do petróleo e seu reflexo para a Marinha do Brasil é assunto de extremo interesse para o estrategista. Todavia, a análise da antítese – o papel da Marinha do Brasil no Atlântico Sul e seu reflexo na geopolítica do petróleo – também é relevante para nortear futuras ações. Este trabalho busca identificar fatos ou indícios que corroborem com a reflexividade² na geopolítica do petróleo, resultante da atuação do Poder Naval Brasileiro no Atlântico Sul, sob os aspectos político, militar e econômico. A moldura temporal da análise remonta o século XXI e identifica fatos históricos desde o Império Bizantino, com o intuito de fundamentar a argumentação.

A área física considerada é o Atlântico Sul, uma área marítima de interesse direto do Brasil e está definida como do paralelo 16°N até o Continente Antártico, abrangendo as margens oeste da África e leste da América do Sul. Essa região extrapola o Atlântico Sul geográfico, em razão de o Brasil possuir território e águas jurisdicionais acima do Equador e pelos interesses diplomáticos, econômicos e estratégicos do Estado brasileiro estenderem-se até o paralelo 16°N.

Primeiramente, essa extraordinária ferramenta da prospectiva – a geopolítica – é analisada, descrevendo sua teoria, bem como a sua principal matéria-prima – o petróleo – e o triângulo dourado de prospecção de petróleo em alto-mar, constituído pelo Golfo do México, Golfo da Guiné e o pré-sal brasileiro.

Apesar de o Golfo do México, um dos vértices do triângulo dourado³, estar situado ligeiramente ao norte do paralelo 16°N, o transporte de sua produção escoia pela região marítima ao sul do paralelo supramencionado, inclusive pelo Canal do Panamá, um dos vértices do triângulo dourado.

1 COHEN, 2015, p. 3.

2 Estado ou condição do que é reflexivo, daquilo que reflete ou reflexiona. Em matemática e lógica, relação reflexiva, característica do que é observado em relação ao elemento que carrega consigo ou entre os elementos que estão relacionados num conjunto. Em economia, autorreforçando o sentimento do mercado.

3 YERGIN, 2011, p. 4013.

Destarte, esta obra divide-se em cinco capítulos:

- o capítulo dois, que apresenta a teoria da geopolítica;
- o capítulo três, que é constituído de um sumário, de conhecimento comum, sob a visão da história do petróleo como a principal matéria-prima da geopolítica;
- o capítulo quatro, que correlaciona o poder naval com a maneira como se produz riquezas na terceira onda do capitalismo;
- o capítulo cinco, que aborda o papel da Marinha do Brasil no Atlântico Sul;
- o capítulo seis, que identifica a reflexividade da geopolítica do petróleo resultante da atuação do Poder Naval brasileiro;
- por fim, a conclusão do autor, a qual demonstra a síntese hegeliana da reflexividade.

2. GEOPOLÍTICA

De acordo com Nicolau Maquiavel (1976), a fundação do Estado é um ato de violência, e os três teóricos desse período, fundadores das bases da atual organização política e social, são: Locke (1996), teórico das Leis; Hobbes (1962), teórico do Estado; e Adam Smith (1994), teórico da Economia. O Tratado de Vestfália foi assinado em 1648, após a Guerra dos Trinta Anos, e originou o Estado-Nação, o que legitimou a vitória do monarca sobre a nobreza e o clero. O Estado moderno é a força catalisadora de controle social e o principal ator nas relações internacionais. Destina-se a satisfazer os interesses nacionais dentro dos limites constitucionais.

A geopolítica é o ramo da ciência que busca o aumento do poder do estado e maior inserção na comunidade internacional, hierarquizada pelo poder das armas agentes de política externa: o artefato nuclear, o veículo lançador de satélite e o torpedo. Faz-se necessário conhecer a história dessa ciência a fim de compreender o conceito geopolítico do petróleo.

2.1 Teoria

Segundo Cohen (2015), os fundadores da geopolítica moderna são Friedrich Ratzel, Halford Mackinder, Rudolf Kjellén e Alfred Thayer Mahan; todos teóricos da era de nacionalismo intenso, cuja corrida imperial, com o objetivo de expansão do estado, levou ao colonialismo. A escola organicista da geopolítica, representada especialmente pelos teóricos Kjellén e Ratzel, supramencionados, imprime dinâmica marca à política inspirada na geografia. Na atualidade, destacam-se como teóricos da geopolítica o General Carlos de Meira Mattos, Joseph Nye e Saul Bernard Cohen.

Na Alemanha do século XIX, as ideias de Ratzel – espaço é poder e geografia é destino – proliferaram em um país unificado sob a ideologia do espaço vital e a égide de Otto Von Bismark. Ratzel empreendeu dinamismo aos estudos das ciências políticas, buscou explicação

na geografia e incorporou a geopolítica, baseando-a nos princípios da evolução⁴ e da ciência.

Halford Mackinder foi capaz de antever o surgimento de uma potência terrestre que representaria ameaça à supremacia da Grã-Bretanha, em face da construção de Transiberiana, em 1905, em razão da superioridade em velocidade dos trens sobre os navios, e o surgimento de estados fortes na Eurásia, como a China que se encontra em excelente posição para dominar. Além disso, desenvolveu o conceito do *heartland*⁵, localizado nos estados eslavos, placas tectônicas de instabilidade, origem da Primeira Grande Guerra⁶.

O professor sueco Rudolf Kjellén afirmou ser geopolítica a ciência do estado que busca as leis inexoráveis do progresso, e, como entes, os estados foram forjados na guerra. Assim geopolítica é a ciência primária da guerra. Semanticamente, a palavra *geopolítica* é composta de *geo* (terra) e *política* (a arte de governar). Destarte, Kjellén cunhou a palavra para descrever os estudos das relações entre a geografia e os habitantes.

O norte-americano Alfred Thayer Mahan desenvolveu a concepção de “destino manifesto”, incentivou a criação da marinha de águas azuis norte-americana, que permitiu aos Estados Unidos saírem de seu isolacionismo, e teceu explicações a respeito do sucesso da Grã-Bretanha, em face do mar e de sua marinha, na segunda onda do capitalismo.⁷ No século XIV, Portugal lançou-se às grandes navegações, o que causou a ascensão da Europa a um novo patamar econômico. A Revolução Industrial brotou na Grã-Bretanha, país arquipelágico, onde – sob o ponto de vista geopolítico – o poder marítimo foi fundamental para explorar as matérias-primas das colônias e alimentar os mercados consumidores, com produtos industrializados.

Os mares aproximam as cadeias de montanhas afastam. Se uma república é pequena, vive ameaçada de destruição por um poder estrangeiro; se, é grande, vive ameaçada de desagregação por condições internas. (MONTESQUIEU apud MATTOS, 2011, p. 87)

4 Darwinismo social.

5 Coração da terra.

6 Assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em 28 de junho de 1914.

7 Explicado amiúde no capítulo quatro.

Segundo Mattos (2011), à luz da teoria das fronteiras terrestre, marítima e a aérea, o estado transmite e recebe influxos exteriores, interferindo favorável ou desfavoravelmente sobre seus interesses. O Brasil, apesar de ser um país continental, sua vocação é marítima em virtude da alta densidade demográfica no litoral, e o mar é fator de atração dos povos que separa, une, isola e protege.

Joseph Nye (2009), ex-assessor da Casa Branca do governo Bill Clinton, cunhou os conceitos de *hard power*,⁸ *soft power*,⁹ *smart power*¹⁰ e interdependência complexa¹¹ para explicar o poder estatal nas relações internacionais.

De acordo com Cohen (2015), a geopolítica é a geografia das relações internacionais, e existem dois reinos geoestratégicos em nível macro: o marítimo e o continental. No escopo desse trabalho, o reino marítimo será analisado à luz da principal matéria-prima da geopolítica, o petróleo, a fim de compreender as alterações de balanço de poder no oceano Atlântico e sua influência no reino continental. O poder de uma nação se apoia em quatro pilares: econômico, militar, político e ideológico. Como exemplo, ao analisar a China sob essa ótica geopolítica, é possível afirmar que não é capaz de projetar seu poder militar além de suas fronteiras, mas mantém sua influência mundial por meio do comércio. Cohen (2015) também especifica que as estruturas geopolíticas são formadas por forças de atração e repulsão, respectivamente, forças centrífugas e centrípetas.

Entre as forças que levam ao esfacelamento do estado-nação – governos mundiais, governos regionais, organizações não governamentais, forças globalizantes mundiais e forças globalizantes econômicas –, as mais fortes no momento são as globalizantes.

8 Poder de coerção.

9 Poder de persuasão.

10 Integração inteligente de redes de defesa e diplomacia.

11 Dependência mútua.

2.2 Globalização

A globalização¹² é um fenômeno conhecido desde as viagens do comerciante veneziano Marco Polo ao Oriente, século XIII, pela rota de seda. Como marco histórico, estabeleceu o comércio entre o Ocidente e o Oriente, mas foi o pioneirismo português que deu o grande salto com a fundação da Escola de Sagres e inaugurou as grandes navegações, o que acarretou na ascensão da Europa ao patamar de centro do mundo. O aprofundamento do modelo globalizante sofreu novo impulso com o transporte marítimo barato, quando os navios passaram a ser movidos a petróleo, no final do século XIX, acirrando a corrida imperialista, que culminou com a Primeira Grande Guerra.

Em face da globalização, o conceito geopolítico baseado no poder do estado em seu espaço geográfico ficou vulnerável, tornando as relações internacionais mais complexas. As crises econômicas ocorridas no México (1994), Coreia (1997), Malásia (1997), Rússia (1998) e Brasil (1999) se transmitiram, fruto da interação dos mercados internacionais. A globalização influencia a política dos estados, mas não a ponto de sucumbir o nacionalismo; assim o estado-nação permanece como a principal forma de organização e mecanismo de controle social. Tal processo de integração, como sistema de interdependência complexa entre os principais estados, é um sistema instável, que alimenta insegurança entre as grandes potências, já que tanto o protecionismo bem como o livre comércio desestabilizam o sistema internacional, e essas assimetrias levam ao conflito armado.

Zoellick (2010) afirma que o terceiro mundo desapareceu em 2009, após a crise do *subprime*¹³ do ano anterior, e estamos em uma economia mundial multipolar. Alguns países surgiram como polos de economia e de crescimento, e os demais países lutaram para sobreviver nesse cenário mundial. Contraditoriamente aos anos 1970 e 1980, o crescimento econômi-

12 Definida como redes mundiais de interdependência, não implica universalidade [...]. Um mercado mundial verdadeiramente globalizado significa livre fluxo de mercadorias, pessoas e capitais, além de taxas de juros semelhantes. (NYE, 2009)

13 Crise bancária relacionada às hipotecas ocorrida nos Estados Unidos da América em 2008.

co migrou para o sul e a dívida para o norte, conforme dados do Fundo monetário Internacional, que apontam os países desenvolvidos com uma dívida pública correspondente a 11% do produto interno bruto.

Os dois eixos geopolíticos mundiais em 2015 somados – a crise financeira mundial de 2008 e o rápido desenvolvimento econômico de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) – alteram o balanço econômico mundial em detrimento dos países desenvolvidos e a favor dos BRICS, fortalecendo as relações Sul-Sul, atraídas pelas forças centrípetas geopolíticas. Como exemplo, reacenderam atualmente os sentimentos nacionalistas, xenófobos e rejeição aos direitos humanos, na Europa, como consequência da imigração ilegal da África.

Em consonância com Cohen (2015), não há ameaças de um conflito generalizado pairando sobre o mundo e envolvendo as grandes potências, muito embora haja competição política e econômica acirrada. A interdependência complexa de suas economias funciona como uma muralha contra conflitos armados generalizados, chamada de dependência econômica mútua.¹⁴ As grandes potências sofrem dos mesmos males: terrorismo, escassez de recursos naturais e a instabilidade de estados menores; tudo isso poderá levar as grandes potências à cooperação para equilibrar a dinâmica global. Os genocídios ocorridos nos Balcãs e Rwanda nos anos 1990 são um bom indício de que a *Pax Americana*¹⁵ não seria suficiente para estabilizar o mundo, e os atentados ocorridos no início do século XXI, nos Estados Unidos, Reino Unido e Espanha comprovariam isso. Refugiados de guerra são forças desestabilizadoras do sistema internacional. Faz-se necessário que os centros de poder mundial: EUA, UE, Japão, Rússia e China se esforcem para estabilizar o sistema internacional. Os emergentes Índia e Brasil podem participar de ações coletivas de estabilização do sistema internacional, e aqui a Marinha do Brasil poderá aumentar a projeção do poder nacional, contribuindo para a estabilização nos campos político, militar e econômico.

14 COHEN, 2015, pg. 122.

15 Conceito de paz relativa no Ocidente, e posteriormente no mundo, como resultado da preponderância de poder dos Estados Unidos da América.

2.3 Análise

O verdadeiro valor da geopolítica moderna é a análise acadêmica de fatores geográficos fundamentando as relações internacionais e guiando interações políticas¹⁶. A geopolítica destina-se a antecipar prováveis impactos que determinadas políticas podem ter na comunidade internacional e permite aos formadores de opinião focar a atenção em condições capazes de trazer mudanças geopolíticas.

Tal ciência é uma ferramenta de análise,¹⁷ que integra geografia e política internacional e serve como mecanismo para a prospectiva, mapeando o futuro. É a análise da interação entre os aspectos geográficos e as perspectivas e processos políticos. A teoria política baseada na realidade é valioso método para entender, predizer e formular a estrutura e a direção do sistema internacional. Permite identificar impactos geopolíticos capazes de alterar o eixo da estrutura internacional.

As mudanças no equilíbrio do sistema internacional podem ser antecipados pela análise geopolítica, afirma Cohen (2015), e essas mudanças no balanço de poder no interior do sistema internacional geram alertas para os formadores de política externa focarem as condições capazes de trazer significativas alterações geopolíticas. Os quatro pilares balizares do poder estatal são: militar, econômico, político e ideológico. Analisados separadamente, constituem o meio capaz de investigar a geopolítica, o pilar econômico o mais importante, e antecipar mudanças de poder nas relações internacionais em face de um incremento do poder do estado, além de despertar a atenção de formadores de política internacionais com relação das condições capazes de provocar alterações geopolíticas.

O estado-nação, ao buscar maior inserção na comunidade internacional, deve ser capaz de projetar externamente seu excesso de poder, fundamentado nas quatro forças supramencionadas, que se aglomeram em três formas de poder externo de um estado: *hard power*, *soft*

16 COHEN, 2015, pg. 539.

17 PARKER, 1998, pg. 5.

power e *smart power*, segundo Nye (2010). É possível fazer um paralelo entre a teoria de Nye e do Cohen, na qual o *hard power* corresponderia ao pilar militar; *soft power*, ao econômico; e o *smart power*, ao político e ideológico. Depreende-se que é possível obter uma visão cartesiana das relações internacionais e identificar a reflexividade por meio da análise geopolítica.

Com o intuito de analisar geopoliticamente a estratégia da Marinha do Brasil relacionada ao petróleo, este autor utilizará os quatro pilares do poder do estado, segundo Cohen (2015), como eixos geopolíticos: militar, econômico, político e ideológico. A reflexividade entre a estratégia da Marinha do Brasil e os eixos geopolíticos em torno do petróleo fornecerão indícios do incremento do poder do estado brasileiro junto à comunidade internacional e permitirão antecipar mudanças do balanço dos poderes dos estados nas relações internacionais.

3. O PETRÓLEO GEOPOLÍTICO

Faz-se necessário conhecer e compreender a história do petróleo para identificar o amálgama¹⁸ dessa fonte de energia com a geopolítica, o que a torna sua principal matéria-prima¹⁹. Desde o fogo grego, arma estratégica do Império Bizantino, no século VII, ao sucesso tecnológico e econômico de fracionamento do xisto, em 2015, que permite aos Estados Unidos da América eliminar uma de suas poucas vulnerabilidades, a abordagem histórica de como o petróleo foi utilizado como arma é esclarecedora.

3.1 Primórdios

Constantinopla, capital do Império Bizantino, no século VII era uma cidade surpreendente para sua época. Em razão de sua posição estratégica, como ponte entre o Oriente e o Ocidente, precisou se defender dos árabes, pois estes pretendiam sitiá-la. O desenvolvimento do fogo grego – mistura da base de nafta²⁰ e cal – permitiu às tropas bizantinas impedir as incursões árabes, tanto em terra quanto, sobretudo, no mar. É uma das primeiras armas de projeção de fogo com essa fonte de energia, e isso equivale, na era contemporânea, à bomba de napalm, largamente utilizada na Guerra do Vietnã (1955-75). Esse é o registro mais antigo da utilização do petróleo como arma e representa a definição neste trabalho e o início da longa saga: a geopolítica do petróleo.

3.2 O Nascimento da Indústria Petrolífera

Os últimos 150 anos podem ser identificados como a Era do Petróleo, em virtude da dependência da sociedade moderna desse óleo, cuja indústria tem origem no estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América. Segundo Yergin (2009), a visão empreendedora do engenheiro químico Benjamin Silliman, em 1850, contemplava, desde o óleo de xisto, a possibilidade de iluminar as cidades estadunidenses na segunda metade do século XIX, em substituição à iluminação à queima a carvão, de forma extremamente lucrativa.

18 Poder de aglutinação.

19 SÉBILLE-LOPEZ, 2006, pg. 9.

20 Derivado de petróleo.

O projeto do professor Silliman recebeu aportes financeiros do investidor George Bissell, responsável pela criação da indústria de petróleo, com a expansão do uso do óleo do xisto, utilizado inicialmente como remédio para dor de cabeça, vermes e reumatismo, e como lubrificante. Ao incinerá-lo, levou iluminação aos ambientes. Com base no sucesso do relatório do professor Silliman, foi fundada a *Pennsylvania Rock Oil Company*. Tal relatório afirmava que, com um processo de refino, vários produtos úteis poderiam ser obtidos do óleo mineral. A união bem-sucedida do capital financeiro e do capital intelectual de Yale permitiu o surgimento de revolucionária indústria que alteraria os destinos da humanidade para sempre: a Indústria do Petróleo. O refino do mineral representou grande salto tecnológico a preços acessíveis ao cidadão comum, inserido em uma economia estadunidense em franca expansão, em plena revolução industrial.

O sucesso de Edwin Drake de retirar petróleo com a perfuração de poços provocou sinérgico efeito que levou ao sucesso da indústria petrolífera e a preços acessíveis ao cidadão comum, além de oportunizar o aumento da atividade econômica, já que o problema de fornecimento constante de matéria-prima estava resolvido, o principal requisito de uma indústria.

Tal sucesso de Edwin Drake completou a tríade da futura indústria petrolífera ao permitir fornecimento constante do ouro negro.²¹ Os outros elementos já estavam no lugar: a experiência com querosene e a lâmpada quando Drake provou, por meio de perfuração, o principal requisito de uma indústria, fonte constante de matéria-prima. Mas isso era muito pouco pelo que estava por vir: mobilidade, ascensão e queda de impérios, além de guerras pelo ouro negro, como o principal elemento de transformação da humanidade assentiu ao ser humano dominar a natureza. Houve um aumento na exploração de poços de petróleo e refinarias para transformá-lo em querosene, cuja construção e também operação eram de baixo custo.

O fim da Guerra Civil em 1865, vencida pelo norte industrial, abriu nova era no desenvolvimento norte-americano, e o empresário John Davison Rockefeller se beneficiou disso, a

21 Petróleo

partir do controle total da empresa que futuramente se tornaria a *Standard Oil*. Quatro anos antes, um cargueiro transportou petróleo da Filadélfia para Londres, inaugurando a rota comercial internacional, e o petróleo norte-americano inundou o mundo. Na década seguinte, iniciava-se a produção do mineral em Baku. O Império russo adentrava nessa atividade e iniciava a concorrência ao petróleo norte-americano, que se acirraria com o início da exploração no Golfo Pérsico.

O petróleo também estava na raiz dos movimentos socialistas que abalariam a Rússia, a datar de 1900. Em Baku, as péssimas condições de trabalho revoltaram o proletariado e incitaram os líderes bolcheviques – em destaque Joseph Stálin como líder das greves por ocasião do Ensaio Geral (1905) –, em consequência da campanha fracassada que o Czar Nicolau II empreendeu contra o Japão, no longínquo Vladivostok, em disputa pela Coreia e Mandchúria. A esquadra russa sofreu vergonhosa derrota na famosa Batalha de Tsushima (1904). Os japoneses afundaram sua quase totalidade, e isso inflamou os movimentos operários, que incendiaram os estoques de petróleo, o que causou o colapso da indústria russa.

Nessa mesma época, na Grã-Bretanha, o jovem político Winston Churchill, membro do partido liberal inglês, achava que a guerra contra a Alemanha era evitável. Assim buscou reduzir o orçamento da marinha para liberar recursos à área social. A crise de Agadir²², em julho de 1911, fez Winston Churchill mudar de ideia, já que a intenção expansionista alemã ficou clara, ameaçando a supremacia britânica.

Em 1911, Winston Churchill tornou-se o Primeiro Lorde do Almirantado e, aconselhado pelo Lorde John Arbuthnot Fisher, almirante de vasta cultura naval, decidiu mudar a propulsão dos navios de linha de carvão para óleo diesel. Essa alteração técnica representou inestimável salto, já que permitiu imprimir maior velocidade aos navios e introduziu o petróleo na geopolítica mundial, tornando-se sua principal matéria-prima. Com o contumaz uso do petróleo em substituição ao carvão na Primeira Guerra Mundial, o óleo passou a pertencer à geopo-

22 O governo alemão mandou navios bloquearem o porto de Agadir, em Marrocos, em 1911.

lítica como arma de guerra, e as grandes potências iniciaram uma corrida para garantir sua oferta. Essa decisão de Churchill foi arrojada, uma vez que a Grã-Bretanha possuía reservas inestimáveis de carvão, mas nenhuma reserva de petróleo. Essa utilização de petróleo se estendeu aos tanques e aviões, ampliando sua inserção na geopolítica mundial, na época, como arma de guerra. A solução para a Grã-Bretanha ao problema de oferta de petróleo veio com a estatização da empresa anglo-persa, garantindo acesso aos campos produtores da Pérsia.

3.3 Os Impérios se Chocam

As guerras travadas ao longo do século XX ocorreram entre homens e máquinas movidas a petróleo, a premissa de qualquer planejamento militar. A introdução das máquinas de combustão interna modificou o espectro da guerra da era industrial, fundamentada no princípio de massa, nos três ambientes operacionais: mar, terra e ar. A industrialização da guerra tornou-a devastadora.

Por ocasião da Primeira Guerra Mundial, o petróleo se destacou como arma de guerra, visto que proporcionava mobilidade para as tropas nesses três ambientes. A grande característica do Primeiro Conflito foi a luta entre homens e máquinas e a capacidade destruidora que o motor a combustão interna proporcionou, em face da industrialização da guerra ocorrida após a segunda revolução industrial, empreendida e liderada pela Alemanha, no final de século XIX. À medida que o petróleo alimentava a guerra, ampliando sua capacidade devastadora, o mesmo petróleo criava vulnerabilidades logísticas gerando nova dimensão para o conflito.

Diante da guerra de curso, empreendida pelos submarinos alemães no final da primeira guerra, 1918, a marinha norte-americana desenvolveu a tática de comboios, a fim de possibilitar o transporte seguro de petróleo para a Grã-Bretanha, cujos meios estavam prestes a serem imobilizados por falta de combustível. Os petroleiros precisaram ser escoltados com o intuito de permitir a sobrevivência da Grã-Bretanha e da França na guerra. Com o comboio, o número de navios de transporte afundados pelos alemães caiu drasticamente.

Uma vez que o petróleo tornou-se estratégico na Primeira Guerra Mundial, o governo norte-americano incluiu a indústria de petróleo na mobilização. No final da guerra, a Alemanha ficou logisticamente vulnerável, posto que os grãos e o petróleo estavam sendo fornecidos unicamente pela Romênia.

Ao fim da Primeira Guerra, ficou patente a importância do petróleo como fonte energética para realizar guerra. O abastecimento que os Estados Unidos da América fizeram aos países da Tríplice Entente contrastou com a vulnerabilidade energética alemã, mas a Rússia, apesar de possuir largas reservas do ouro negro, se viu mergulhada em um furacão político, diante de movimentos operários na indústria de petróleo, em razão das péssimas condições de trabalho. Sendo a Rússia um país etnicamente segregado, a população da região do Cáucaso era considerada cidadão de segunda categoria, muito embora a região fosse a maior produtora de petróleo da Rússia, na época, e berço da indústria petrolífera russa e dos movimentos operários que provocaram a queda da produção nos anos anteriores à Revolução de 1917, em Baku, que se tornaria uma das grandes ambições de conquista do alemão Adolf Hitler.

Esse movimento revolucionário também foi responsável pela volatilidade nos preços do petróleo, que afetou os impérios consumidores da época: Grã-Bretanha, França e Alemanha. A mesma rede de distribuição de petróleo para a Europa trazia de volta o jornal clandestino *Nina*, impresso na Europa e editado por Vladimir Lênin, que inflamou a classe operária em Baku. O petróleo, mais uma vez, estava na raiz do movimento revolucionário que veio a ser o mais radical evento político e social de mudança na história da humanidade. A classe operária da indústria de petróleo russa, liderada por Joseph Stalin, foi o berço da Revolução russa de 1917. O esforço econômico da Primeira Guerra Mundial pelos Romanov²³ e a ineficiência da produção petrolífera russa que provocou uma queda acentuada na produção, reduzindo a participação russa no mercado internacional, ocasionaram a instabilidade econômica do Império

23 Entre 1762 e 1917, a Rússia foi governada por uma ramificação da Casa de Oldenburgo, que manteve o sobrenome Romanov, hoje ainda utilizado por seus descendentes.

do Czar Nicolau II, fomentando a Revolução de 1917.

Inclusive a família Nobel, cujo nome designa o principal prêmio reconhecido mundialmente, fez sua fortuna com o petróleo russo de Baku, fonte de riqueza e prestígio, nesse período revolucionário (1905-17). É o ouro negro financiando o conhecimento, fator de produção da próxima onda do capitalismo, assunto do próximo capítulo desse trabalho.

Em 1928, nas montanhas da Escócia, no castelo de Achnacarry, representantes das três principais empresas de petróleo se encontraram para formar um cartel e dividir a prospecção de petróleo e controlar a distribuição mundial. Os preços seriam mantidos artificialmente altos, dado que os grandes estoques soviéticos provocaram a queda nos preços sem precedentes, a fim de maximizar os lucros e com o excesso de capitais, financiar a intervenção política ou militar nos países produtores para assegurar o acesso às fontes de petróleo. Essa três empresas eram: Standard Oil, Anglo-Persian Oil e Dutch-Shell. Posteriormente, outras quatro se associaram: Gulf, Chevron, Mobil e Texaco, formando o conglomerado chamado de “sete irmãs”. Estas controlariam a indústria do petróleo, financiando governos, revoluções e guerras, e, inclusive se opondo à criação da OPEP, controlando o mercado até o início do século XXI. Em face do alto consumo de petróleo nas democracias liberais, após a Segunda Guerra Mundial, o controle dessa fonte energética transformou-se em uma questão de segurança nacional, conforme Sébille-Lopez (2006). As sete irmãs formaram um cartel com ligações próximas aos mercados consumidores, mantendo deprimido o preço do barril de petróleo.

Como consequência da crise econômica de 1929, o Japão iniciou sua expansão imperialista e foi vitorioso em Tsushima (1905), na Mandchúria, em busca por matérias-primas, ferro-gusa e carvão, e petróleo na Malásia, para ativar sua indústria. A principal matéria-prima era o petróleo. O Japão buscava sua independência, estatizou a indústria petrolífera e reduziu sua dependência estadunidense, preparando-se para a guerra. A resposta óbvia dos Estados Unidos foi o embargo em 1934, utilizando o petróleo como arma para evitar o conflito arma-

do, mas em 1937 a situação mudou. As tropas japonesas estavam na porta de Pequim, com lutas acontecendo na famosa ponte de Marco Polo, quando o conflito escalou. O bombardeio de civis chineses provocou críticas por parte dos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

O que é ainda pior, a guerra geoeconômica não é um substituto para o conflito militar. Com demasiada frequência, ela é apenas um prelúdio, quando nada uma provocação para a guerra de verdade, como aconteceu na rivalidade econômica americano-japonesa que levou ao ataque japonês a Pearl Harbour em 1941. (TOFFLER, p.32)

Como consequência do embargo de petróleo realizado pelos Estados Unidos e o congelamento das contas japonesas em território norte-americano para comprar petróleo, os japoneses atacaram Pearl Harbour. Caso tivessem alvejado os depósitos de petróleo existentes no Havaí, teriam retardado os norte-americanos a iniciarem a campanha do Pacífico em três meses. E assim, Toffler define a guerra geoeconômica como insuficiente para substituir o conflito armado conforme supramencionado.

Em fins dos anos 1930, Hitler inicia sua campanha e sua obsessão por petróleo fica evidente, e isso foi a grande vulnerabilidade alemã no final da Primeira Guerra Mundial. Assim, seu objetivo de invadir a União Soviética e controlar os poços de petróleo de Baku era inadiável. Necessitava do petróleo como arma para fazer a guerra e alterar eixo geopolítico mundial.

Já os romenos na Primeira Guerra Mundial não destruíram seu petróleo armazenado, pois alegaram ser sua única riqueza, e permitiram que os alemães tivessem acesso, prolongando a guerra e evitando o colapso que só ocorreria mais tarde; na Segunda Grande Guerra, surgiu o ataque preventivo às áreas produtoras de petróleo e impediu o acesso ao inimigo, como em *Balikpapan*.²⁴

Em 1945, o Japão já estava sem petróleo para sua esquadra. Ela foi atingida e afundada na Batalha do Pacífico. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Golfo Pérsico tornou-se o

²⁴ Em 1942, Balikpapan, cidade produtora de petróleo em Bornéu, sofreu ataques por parte dos aliados, a fim de impedir que o Japão tivesse acesso ao petróleo e derivados, quando suas refinarias foram danificadas.

epicentro mundial da produção de petróleo, ultrapassando o mar do Caribe. As reservas norte-americanas de petróleo foram decisivas para a vitória dos aliados nesse Segundo Grande Conflito.

3.4 O Petróleo e a Guerra Fria

O Canal de Suez foi construído em fins do século XIX, e permitiu à Grã-Bretanha reduzir a distância para suas colônias no Oriente, especialmente a Índia. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, com o afloramento do nacionalismo e enfraquecimento das metrópoles, ocorreram a descolonização e independência das colônias, e o principal produto que passou a ser transportado pelo Canal de Suez foi o petróleo, já que o Golfo Pérsico tornou-se o epicentro da produção mundial, cujo principal mercado consumidor era a Europa, que se tornou extremamente dependente do petróleo do Oriente Médio, e os principais destinos eram Grã-Bretanha e França.

Em julho de 1956, o presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser, decretou a nacionalização do Canal de Suez, em prejuízo da Grã-Bretanha e França, uma vez que os lucros do canal não eram compartilhados pelo Egito. Como consequência, Israel desferiu ataque surpresa e invadiu a península do Sinai, apoiado pela França e Grã-Bretanha, sem o conhecimento dos Estados Unidos. O canal foi fechado, e a Europa ficou sem petróleo, em consequência do embargo que se seguiu por retaliação da Arábia Saudita. Os Estados Unidos suprimiram parte do petróleo para forçar a retirada de algumas tropas do Egito, e outros países árabes também furaram o embargo. O petróleo foi utilizado como arma para cessar o conflito e obrigar as partes a negociarem. Os estrategistas, com o propósito de reduzirem a vulnerabilidade do Canal de Suez, resolveram construir os grandes petroleiros que faziam a rota do cabo.

Em 1960, reuniram-se em Bagdá representantes da Arábia Saudita, Venezuela, Kuwait, Iraque e Irã, com o objetivo de fundar nova organização capaz de fazer frente às companhias privadas de petróleo, as sete irmãs, a fim de controlar os preços que haviam caído muito, em

função do excesso de produção. Essa nova Organização dos Países Produtores de Petróleo passou a controlar 80% dos recursos mundiais dessa matéria-prima. Era o novo regime do petróleo conforme afirma Nye (2009).

Em 1973, na Guerra do Yom Kippur, a Organização dos Países Produtores de Petróleo decidiu embargar o fornecimento de petróleo para Europa e Estados Unidos, que, nessa época, passaram a ser importadores dessa matéria-prima, uma vez que seu consumo ultrapassou a produção e sofreu vertiginosa queda, com grande impacto econômico, posto que a Arábia Saudita passou a ser o *swing player*.²⁵ De acordo com Nye (2009), a alteração na balança do poder militar, a simetria da interdependência na problemática do poder econômico e o fortalecimento da Organização dos Países Produtores de Petróleo levaram às alterações na balança de poder e na filosofia das relações internacionais norte-americanas.

O acordo secreto entre Estados Unidos da América e Arábia Saudita, que sucedeu ao embargo de 1973, com o objetivo de garantir que tal obstáculo jamais acontecesse de novo, resumia-se assim: a Arábia Saudita seria o *swing player*, aumentando ou reduzindo a produção para assegurar os interesses norte-americanos de consumo em geral e medidas de segurança; os barris de petróleo seriam comercializados somente em dólares e os lucros investidos em títulos do tesouro americano, os petrodólares; os Estados Unidos da América garantiriam a proteção militar da Arábia Saudita e de seus poços de petróleo do Irã, Iraque e de Israel. Esse período ficou conhecido como o primeiro choque do petróleo, e o ouro negro foi utilizado como arma capaz de acelerar o fim do conflito.

Em 1979, O Irã foi assolado pela revolução islâmica. O xá Mohammad Reza Pahlevi foi deposto, e o aiatolá Ruhollah Khomeini ascendeu ao poder. Essa revolução provocaria o segundo choque do petróleo, quando os preços do barril aumentaram 150%, em razão da retirada pelo Irã de sua produção do mercado internacional.

25 País produtor de petróleo que, ao aumentar ou reduzir a produção, é capaz de provocar flutuação de preços no mercado internacional.

Em 1985, ocorreu o terceiro choque do petróleo²⁶. O preço do barril despencou de trinta dólares para dez dólares. Dessa vez, os países exportadores disputavam o mercado. Foi a segurança energética dos produtores que corria riscos e alterou a geopolítica mundial. A disputa consistia em garantir os mercados. A União Soviética estava com sua economia debilitada²⁷ e dependia primordialmente dos altos preços e, somado ao acidente na usina de Chernobyl nesse mesmo ano, foram os ingredientes do colapso do império soviético que eclodiu no fim dessa década. Com o fim da Guerra Fria, o petróleo tornou-se fundamental para a estratégia mundial e para a política internacional.

Países financeiramente fracos, como a Venezuela, que dependem única e exclusivamente do lucro do petróleo, e não possuem um colchão de recursos contra a volatilidade dos preços, enfrentaram uma disfunção governamental de estado falido²⁸.

Neste início de século XXI, o balanço de poder das companhias petrolíferas alterou como surgimento das sete companhias estatais, quais sejam: Aramco (Arábia Saudita), Gazprom (Rússia), Petrochina (China), Companhia Nacional Iraniana de Petróleo (NIOC), PDVSA (Venezuela), Petrobrás (Brasil) e Petronas (Malásia); que detém 30% das reservas conhecidas, enquanto as reservas das sete irmãs representam hoje menos de 3% do existente.

A explosão em produção de óleo combustível do xisto nos Estados Unidos da América tem profundas implicações no mundo, já que os norte-americanos passam a ser o *swing player* do mercado internacional de petróleo, trazendo o Irã para a mesa de negociações e assinando o acordo nuclear recentemente; provocando problemas para a economia russa, com a repentina depreciação do rublo; e para a Nigéria, Arábia Saudita e Iraque, reduzindo os recursos governamentais advindos do petróleo, enfraquecendo esses governos perante o grupo terrorista Boko Haram e o Estado Islâmico, respectivamente.

Uma nova arma de guerra surgiu na terceira onda do capitalismo: a guerra financeira,

26 MANFREDA, 2015, pg. 2.

27 *Ibidem*, pg. 3.

28 País no qual o governo é ineficaz e não mantém controle do seu território.

segundo Manfreda (2015). Os Estados Unidos da América aplicaram sanções na Síria, Venezuela e Coreia Norte, mas as sanções energéticas atingiram notadamente a Rússia e Irã, cujas receitas governamentais oriundas do petróleo representam 68% e 88% respectivamente, o que significa grande vulnerabilidade na guerra financeira.

Em 1982, um novo acordo foi assinado, no qual a Europa buscava fontes alternativas de gás, diferente da União Soviética, e os juros seriam aumentados e os títulos russos aceitos desde que em curto prazo e depreciação de seu valor de face. Em 1986, a Arábia Saudita dobrou sua produção e reduziu os recursos do governo soviéticos oriundos do petróleo, provocando o colapso econômico soviético.

Do fogo grego ao xisto norte-americano, o petróleo indubitavelmente constitui um dos eixos da geopolítica, sendo sua principal matéria-prima, condição *sine qua non* da segurança energética, uma das raízes do conflito armado, daí o termo cunhado *geopolítica do petróleo*, que permite antever alterações na balança de poder no sistema internacional, propicia, aos elaboradores de políticas nacionais, conceber análises prospectivas do cenário internacional e possibilita aos países se posicionarem favoravelmente de acordo com seu interesse nacional.

3.5 Geopolítica do Petróleo

O petróleo e os alimentos diferem de outras *commodities*²⁹, uma vez que são vitais ao funcionamento da sociedade. A falta de comida pode levar à ruptura do tecido social e instabilidade política. Petróleo é a fonte primária de energia do mundo, sobretudo para transporte; assim petróleo e grãos são *commodities* geopolíticas. O primeiro é a fonte energética que transporta os grãos.

A queda abrupta no preço do petróleo como agora, em 2015, pode trazer estabilidade ou instabilidade, dependendo se o país for consumidor ou produtor, respectivamente. A riqueza está sendo transferida dos países produtores para os países consumidores, e, com o recente acordo com o Irã, espera-se maior queda de preços à medida que esse país retorne ao mercado

29 Mercadoria de base em estado bruto (matéria-prima).

internacional de petróleo.

Uma ruptura repentina no fornecimento de petróleo acarretará insegurança energética e alimentar, e, conseqüentemente, instabilidade política e possível falência dos estados mais vulneráveis. No futuro, independente dos preços altos ou baixos, o petróleo será fator central da política e economia mundial e afetará a maneira como as pessoas vivem. A presença da Marinha do Brasil no Atlântico é capaz de afetar positivamente ou incrementar a segurança energética internacional, trazendo estabilidade e menor volatilidade aos preços do barril de petróleo, além de alterar o balanço de poder no Atlântico Sul³⁰.

Em seguida à Guerra Fria, o petróleo tornou-se uma *commodity* estratégica, fundamental para a estratégia mundial e política internacional. A civilização humana, como a conhecemos hoje, colapsaria caso os poços de petróleo secassem repentinamente, uma vez que o petróleo está no centro das discussões da segurança energética e, dessa forma, também da alimentar, por ser a principal fonte de energia do transporte.

30 Explicado no capítulo 6.

4. O PODER NAVAL NA TERCEIRA ONDA DO CAPITALISMO

Faz-se necessário compreender a correlação matemático financeira entre o poder naval e a geopolítica do petróleo, uma vez que o pilar econômico, isto é, a capacidade econômica, é o poder mais importante do estado-nação, sem o qual o estado não tem como ser militarmente forte. Em um mundo globalizado, o poder econômico permite maior inserção nas relações internacionais.

Em anos recentes, quase um trilhão de dólares tem sido gasto todos os anos para fins militares, principalmente pelas superpotências e seus aliados. Essas quantias imensas podem ser consideradas como “prêmios de seguro” pagos pelas principais potências para evitar guerras dentro de suas fronteiras. (TOFFLER, 1994, p. 29)

Os investimentos militares são prêmios de seguro que funcionam como *hedge*,³¹ a ser custeado pela sociedade, *pay-off*,³² a fim de proteger a riqueza nacional e mitigar o risco³³ de perda com investimento, tipo derivativo,³⁴ instrumento financeiro desenvolvido especificamente para esse fim.

A atuação do poder naval, seja na segurança marítima ou na defesa, aplaca o risco e funciona como *hedge*. É primordial perceber as ondas do capitalismo e o instrumento financeiro chamado de derivativo, para identificar a correlação entre poder naval, risco e a segurança marítima, mormente a proteção ao comércio e ao transporte de petróleo, em um mundo globalizado, onde o baixo preço do barril tem forte consequências para o aprofundamento do modelo globalizante.

4.1 Primeira Onda do Capitalismo

Há dez mil anos, no Oriente Médio, os seres humanos passaram a dominar a agricultura e a domesticar animais. Os primeiros cultivos de cevada e trigo surgiram e possibilitaram o armazenamento do excesso de produção, essencial fator para a sobrevivência das tribos que se

31 Ato de mitigar o risco de perda financeira com investimento.

32 Despesa.

33 Critério que correlaciona variáveis tangíveis a intangíveis.

34 São instrumentos financeiros desenvolvidos especificamente para fins de *hedge*.

viam ameaçadas pelo rigoroso inverno e pelos nômades. Os governantes passaram a cobrar impostos sob a forma de grãos e carne, acumulando riquezas que permitiram pagar aos primeiros soldados e, à medida que esse modelo de organização social se impunha em relação aos outros existentes, subjugando-os, expandia-se e passava a formar as primeiras cidades, e posteriormente as cidades-estado, como Atenas e Esparta, na antiga Grécia.

O Império Romano foi o auge desse sistema econômico, cuja hegemonia perdurou por cinco séculos. A “Pax Romana” propiciou o fluxo das legiões romanas e comerciantes, que conquistavam as terras e comercializavam as riquezas, respectivamente, para o Império, “[...] a maneira de fazermos a guerra reflete a maneira pela qual geramos riqueza [...]” (TOFFLER, 1994, p. 17).

A terra é fator de produção da primeira onda do capitalismo e foi o objetivo militar da república romana, com a finalidade de expandir a produção de riquezas.

4.2 Segunda Onda do Capitalismo

Com a Revolução Industrial, surgiu a segunda onda do capitalismo, em que os fatores de produção capital e trabalho substituíram o fator terra. Londres substituiu Roma como epicentro do poder mundial. É a *Pax Britannica*³⁵. Os objetivos militares passaram a ser as fontes de matérias-primas, a fim de suprir a indústria, e os mercados consumidores, para escoar os produtos industrializados da metrópole. O poder naval ganhou destaque nessa onda do capitalismo, uma vez que foi capaz de garantir o comércio e persuadir a abertura de mercados, como a visita do almirante norte-americano Matthew Perry ao Japão, em 1854.

4.3 Terceira Onda do Capitalismo

Na terceira onda do capitalismo, a era do conhecimento – Washington substituiu Londres como epicentro do poder mundial – a “Pax Americana”. A guerra a ser empreendida sob o poder brando teve mais capacidade de penetração em face da interdependência complexa entre os estados nacionais, e o objetivo militar é atingir a credibilidade – o recurso estratégico

35 Período de Paz, após a batalha de Trafalgar (1805), coincidindo com a expansão do Império Britânico.

de poder. A interdependência complexa pode levar à guerra, à medida que a nação periférica poderá querer ter o mesmo desenvolvimento da nação central.

A ligação íntima entre poder duro e brando tem a probabilidade de ser algo enfraquecido em condições de interdependência complexa na era da informação. [...] Os conflitos serão afetados não só por quais protagonistas possuem redes de televisão, emissoras de rádio e websites [...] mas também por quem presta atenção a que fontes de informação e desinformação. (NYE, 2009, pg. 300)

A guerra, fator de mutação da história da humanidade, está intrinsecamente relacionada com o sistema de produção de riquezas em determinada onda do capitalismo e suas transformações socioeconômicas.

A marinha norte-americana, ao anunciar em entrevista³⁶ concedida na Coreia do Sul que reduziria o número de navios da esquadra no mar da Coreia, acarretou na imediata queda do principal índice da bolsa de Seul, confirmando a relação entre o poder naval norte-americano com o mercado financeiro. “Assim, o próprio capital se apoia em bens intangíveis.” (TOFFLER, p.76)

4.4 Derivativos

Existem quatro tipos de derivativos de acordo com a teoria econômica. São eles: mercado a termo, mercado futuro, *swaps* e opções.

O mercado de derivativos é o mercado no qual a formação de seus preços deriva dos preços do mercado à vista. Incluem-se os mercados futuros, os mercados a termo, os mercados de opções e o mercado de *swaps* (Gremaud et al, 2014, pg 529).

O *swap* é um contrato no qual as partes trocam fluxo de caixa entre diferentes instrumentos financeiros.

A opção é um contrato em que o proprietário tem o direito mas não a obrigação de comprar ou vender determinado ativo financeiro.

36 Citação proferida em aula do C-PEM, pelo CA (Ref) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis, em fevereiro/2015.

O contrato futuro é um contrato padronizado de compra e venda entre duas partes, cujo preço é acordado hoje, mas a entrega do bem e o pagamento são feitos numa data futura. No entanto, o valor do compromisso é ajustado diariamente.

O contrato a termo é um instrumento particular entre duas partes, de compra e venda, cujo preço é acordado hoje, mas a entrega do ativo ou pagamento são realizados numa data futura.

4.5 Teoria de *Hedge* com Opções

O desenvolvimento desse instrumento financeiro chamado opção, contrato de compra (call) ou venda (put), deve-se à necessidade de mitigar o risco de volatilidade ou oscilação nos preços futuros do ativo financeiro. Toda operação de *hedge* tem seu *pay-off*. A proteção da volatilidade de preços das *commodities* consiste em comprar contratos de venda (*put option*),³⁷ a fim de assegurar os valores contra eventual queda.

No caso do comércio, o raciocínio é semelhante. O principal meio de transporte é o marítimo, no qual o petróleo aparece como principal fonte energética e como mercadoria a ser transportada. O seguro da mercadoria, bem como do transporte, corresponde ao valor do contrato da *put option*.

O gráfico (figura 1) a seguir representa a curva do valor da *put option*, no eixo das ordenadas, versus o *underlying price*,³⁸ no eixo das abcissas, que pode ser o preço futuro de uma *commodity* ou custo do transporte. O valor da *put option* é o risco quantificado e com alto grau de dependência em relação ao *underlying price*. A recíproca também é verdadeira. O valor do ativo financeiro possui certo grau de dependência em relação ao risco. A análise do grau de dependência e a análise de sensibilidade fogem ao escopo deste trabalho, mas se conclui graficamente que, quanto menor o risco, a *put option* quantificada, maior o valor futuro do ativo financeiro, e vice-versa. Pelo gráfico é fácil deduzir a afirmativa do TOFFLER

37 Contrato tipo opção de venda.

38 Preço do ativo financeiro.

(1994) que o poder militar é um seguro a ser custeado pela sociedade, eixo das ordenadas, e a riqueza nacional o valor correspondente no eixo das abcissas. Neste trabalho, considera-se o poder naval parte do poder militar. A aplicação do poder naval reduz o risco financeiro, e pelo gráfico observa-se o incremento de valor do *underlying price* ou a riqueza nacional. Como é do conhecimento, fenômeno semelhante ocorreu recentemente no Rio de Janeiro, por ocasião da ocupação militar das comunidades do Alemão e da Maré. O risco financeiro foi reduzido em virtude da ocupação militar. Os imóveis imediatamente se valorizaram, e o mercado precipitou essa valorização, aumentando o preço dos imóveis, independente da relação de demanda e oferta.

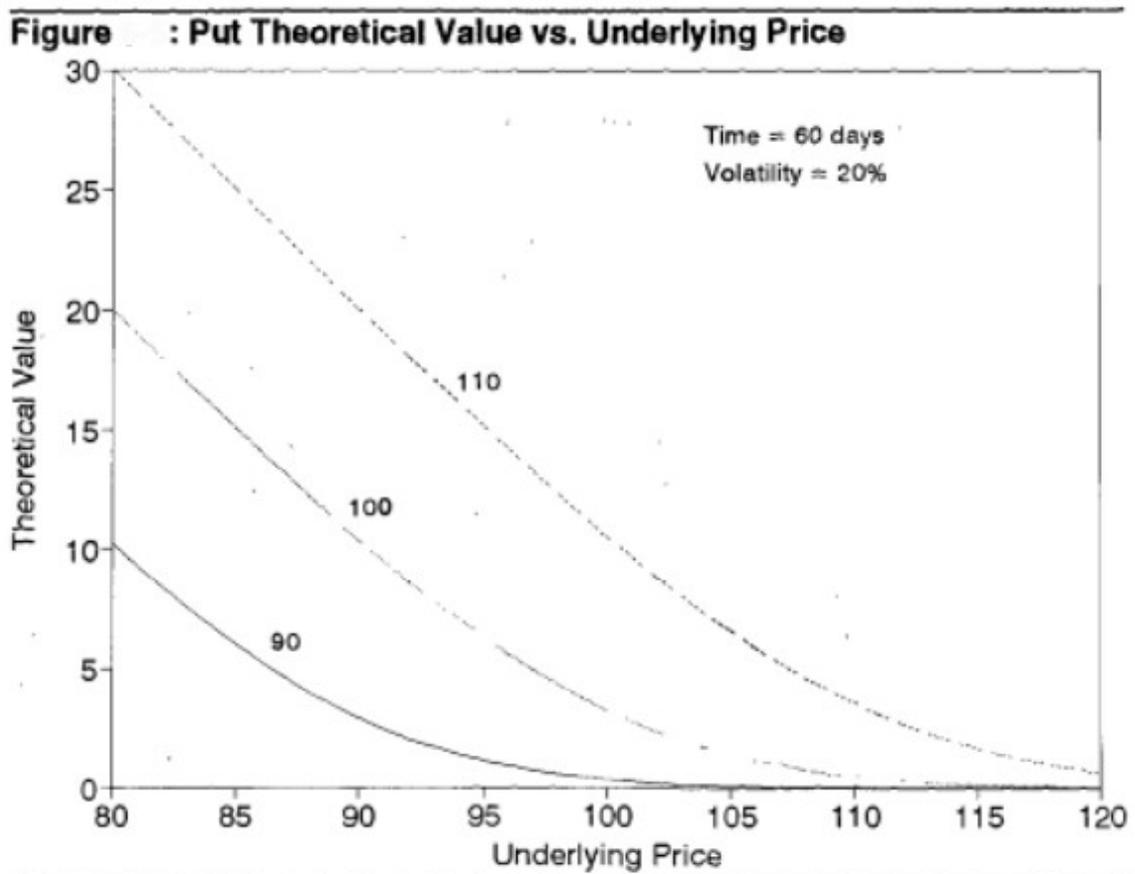


FIGURA 1-put x underlying

4.6 O Poder Naval no Século XXI

À medida que o eixo do poder econômico e político desloca-se para a Ásia, faz-se necessário investir em um poder naval de águas azuis³⁹, que representa o excesso de poder de um estado, a fim de se projetar e aumentar sua inserção do estado na comunidade internacional. Os países costeiros estão investindo em suas marinhas para proteger recursos naturais em alto-mar e o comércio, ente principal da globalização. As marinhas devem ser construídas e aplicadas a fim de atingir objetivos políticos estratégicos.

A credibilidade de uma marinha junto a uma sociedade deve responder a quatro questionamentos, segundo Waal (2015): como proteger o comércio em um ambiente globalizado; até onde as marinhas podem prover à nação liberdade de ação; as marinhas podem prover a solução de problemas de segurança; as marinhas podem construir a paz tão bem quanto prevenir a guerra.

A interdependência complexa, consequência do fim da Guerra Fria, e a universalização da *Pax Americana* e o ressurgimento do Oriente, liderado pela China, adotando uma economia de mercado, são os fatores que aprofundaram a globalização no final do século XX.

O comércio marítimo é o principal fluxo globalizante nessa economia, organizando a comunidade internacional em uma interdependência complexa, que favorece a paz. As marinhas possuem preponderante papel nesse cenário internacional, já que, além de proteger as linhas de comunicação marítimas trazendo segurança para o comércio internacional, indiretamente traz estabilidade, fundamental para as forças globalizantes.

A proteção ao comércio engloba a presença de forças navais nos pontos focais⁴⁰, combate à pirataria e protege as linhas de comunicação marítimas e navios, reduzindo a volatilidade de preços do petróleo⁴¹ e contribuindo para a globalização.

39 Poder Naval capaz de atuar nos oceanos.

40 Ponto de intersecção de rotas de comércio marítimo.

41 Assertiva do Almirante Noam Feig, Comandante de Operações Navais da Marinha de Israel, em 2008, por ocasião da participação do autor no Intercâmbio de Segurança Marítima em Israel.

As marinhas dão liberdade aos estados, tal como exemplo a possibilidade de lançar mísseis balísticos de submarinos e navios, mantendo o arsenal nuclear protegido contra ações terroristas. Os Estados Unidos da América implementaram essa estratégia após os atentados terroristas em 2001, com receio de novos atentados ao seu território, permitindo assegurar o arsenal nuclear.

O Poder Naval isolado só é capaz de atacar os sintomas do problema de segurança, sem controle de seus desdobramentos em terra. É preciso atuação conjunta de outras expressões do poder nacional para contribuir com o combate a insegurança, dado que os desdobramentos em terra estão fora do alcance das marinhas.

A capacidade dissuasória ou persuasória de uma marinha é conhecida de longa data e permite aos estados detentores de um poder naval aumentar em muito o custo de uma guerra para o inimigo ou persuadir outro estado a comercializar. É imprescindível um sistema de alianças para conceder que as marinhas contribuam com a segurança internacional, tais como as operações combinadas, que ensejam construir confiança e prover estabilidade internacional.

4.7 A Riqueza Nacional

A análise de sensibilidade visa verificar a viabilidade financeira de um projeto. Assim a teoria de Toffler (1994), que afirma ser o poder militar, e no caso específico deste trabalho, o poder naval, um seguro a ser custeado pela sociedade, *pay-off*, mais o modelo matemático financeiro, que correlaciona o seguro com a riqueza nacional empiricamente, em face da ordem de grandeza da riqueza nacional, conclui-se que o poder naval se autopaga, já que no capitalismo financeiro, em que a economia virtual e intangível é três vezes maior que a economia real e tangível, o incremento na riqueza nacional por atuação de um poder naval é maior que o custo de uma força naval. Comprovar quantitativamente essa assertiva foge ao escopo deste trabalho, mas a ordem de grandeza da riqueza nacional justifica o argumento. O modelo matemático comprova empiricamente que a presença do poder naval reduz o seguro e valoriza o

ativo financeiro no mercado futuro.

A maneira mais fácil de garantir o preço das *commodities* consiste em comprar contratos de venda (*puts*). Há uma correlação matemática em relação à atuação do Poder Naval em tempo de paz, segurança marítima, como mecanismo de *hedge* financeiro, cuja análise de sensibilidade foi demonstrada em SILVA et al (2006), e foge ao escopo deste trabalho.

O valor da opção está diretamente relacionado com o risco; na realidade, é a quantificação do risco. Observando-se o gráfico, nas ordenadas está o valor da *put* no eixo das abcissas, o valor do ativo futuro. Quanto maior o risco, maior o valor da *put* e menor o valor futuro do ativo financeiro. Essa correlação representa o grau de dependência de uma variável e, no caso em questão, as duas variáveis são correlacionáveis.

5. O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL

A geopolítica é a aplicação da política aos espaços geográficos, e aplicar política é poder. A análise geopolítica é ferramenta da prospectiva e permite identificar a reflexividade na geopolítica do petróleo resultante da atuação do Poder Naval brasileiro no Atlântico Sul, especificamente na área denominada triângulo dourado. O modelo matemático mencionado no capítulo quatro reforça a argumentação e serve para medir o fenômeno da atuação do Poder Naval brasileiro, empiricamente o correlacionando com a geopolítica do petróleo – a principal matéria-prima da geopolítica –, além de possuir dupla tarefa: permitir a guerra ou ser utilizado como instrumento para evitar guerras.

No passado, o Brasil experimentou o bloqueio às nossas linhas de comunicação marítimas pelos alemães, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, que trouxe grande prejuízo ao país. O Atlântico Sul é a principal via de comunicação marítima, cuja segurança é vital ao desenvolvimento brasileiro, e é onde a Marinha do Brasil exerce poder de dissuasão.

Os países desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Reino Unido, colocam os recursos energéticos nas estratégias de defesa, já que a segurança energética é fundamental à sobrevivência do estado moderno. Portanto, há uma relação biunívoca, fundamentada no critério risco⁴², entre defesa nacional e recursos energéticos.

A Cooperative Strategic for 21st Seapower, publicação da Marinha dos Estados Unidos da América, cita em um dos seus trechos: “a expansão do sistema global ampliou a competição por recursos e capital [...] encorajará nações a reivindicar soberania nos oceanos, nas vias fluviais e sobre recursos naturais, podendo resultar em conflitos[...]”.

A publicação *Projeção de Inteligência para 2030*, do Ministério da Defesa do Reino Unido, afirma que: “haverá uma revalorização dos recursos naturais e os conflitos pelo seu controle se ampliarão[...]”.

42 Vide capítulo 2.

5.1 Diplomas Legais

Os diplomas legais que atribuem responsabilidades à Marinha do Brasil, relacionadas com a geopolítica do petróleo, destacam-se:

A Política Nacional de Defesa (2013), a qual estabelece que, “nessa imensa área, incluída a camada do pré-sal, estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais”.

No século XXI, poderão ocorrer “disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce, de alimentos e de energia, cada vez mais escassas”, apesar do “fenômeno da globalização, caracterizado pela interdependência crescente dos países, pela revolução tecnológica e pela expansão do comércio internacional e dos fluxos de capitais”. Segundo Cohen (2015), a interdependência complexa das economias funciona como uma muralha contra conflitos armados generalizados. “A globalização aumentou a interdependência econômica dos países e, conseqüentemente, o fluxo de cargas. No Brasil, o transporte marítimo é responsável por movimentar quase todo o comércio exterior.”

Como orientação, esse diploma legal estabelece que o Brasil “**deve dispor de meios**⁴³ com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras (AJB), do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima”; e a Marinha do Brasil “deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicações marítimas [...] especialmente no Atlântico Sul”.

Na Estratégia Nacional de Defesa (2012), é instituído que, “diante de eventual degeneração do quadro internacional, o Brasil e suas Forças Armadas deverão estar prontos para tomar medidas de resguardo do território, das linhas de comércio marítimo e plataformas de petróleo e do espaço aéreo nacionais”. Cabe à Marinha do Brasil a “defesa proativa das plataformas petrolíferas”, e uma das diretrizes é monitorar as águas jurisdicionais brasileiras. “A natu-

43 Grifo do autor.

ral vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica do Atlântico Sul.”

O fenômeno da globalização também é ressaltado nesse diploma legal, já que “aumentou a interdependência econômica dos países e, conseqüentemente, o fluxo de cargas. No Brasil, o transporte marítimo é responsável por movimentar quase todo o comércio exterior”. O transporte marítimo é movido por óleo diesel, e seu baixo custo é fundamental para o aprofundamento do modelo globalizante. É o amálgama da geopolítica com o petróleo.

A Doutrina Básica da Marinha (2014) prescreve que “as Operações de Retomada e Resgate são aquelas que têm por efeito desejado a retomada de navios, instalações e/ou resgate de pessoal de interesse da MB mantidos, respectivamente, sob controle e/ou como reféns por grupos adversos”. As operações envolvendo a retomada de plataformas de petróleo são complexas, e o diploma legal enfatiza “que tais operações costumam despertar o interesse da opinião pública quanto a seu desfecho. Para as operações em que o esforço principal for desenvolvido em meio aquático em navios e plataformas no mar, empregar-se-á o Grupo Especial de Retomada e Resgate dos Mergulhadores de Combate do Comando em Chefe da Esquadra”. A patrulha naval visa “coibir a poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas nas áreas jurisdicionais brasileiras”, contribuindo para agenda internacional de preservação ambiental. “A negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder devem ter por foco, sem hierarquização de objetivos e de acordo com as circunstâncias, a defesa proativa das plataformas petrolíferas.”

5.2 Entorno Estratégico

A abertura do Canal de Suez, no século XIX, e do Canal do Panamá, no século XX, esvaziaram estratégica e economicamente o Atlântico Sul em face da posição geográfica dos centros de poder econômico mundial: EUA, Europa, Japão e China. Esse oceano retomou relativa importância em razão das recentes descobertas de petróleo de boa qualidade no Golfo

da Guiné e do Pré-sal brasileiro.

O Atlântico Sul, a área marítima de interesse direto do Brasil, está definido como do paralelo 16°N até o Continente Antártico, abrangendo as margens oeste da África e leste da América do Sul, incluindo o mar do Caribe em face dos interesses do estado brasileiro.

5.3 Segurança Marítima das Bacias Petrolíferas

A segurança marítima das bacias petrolíferas envolve as atividades que a Marinha do Brasil exerce como autoridade marítima, que é a responsável por gerenciar e coordenar todas as ações ocorridas nas AJB com os demais organismos e instituições militares ou civis, privadas ou públicas, quais sejam: a segurança da navegação aquaviária; prevenção e repressão da poluição ambiental no mar e águas interiores; a garantia da salvaguarda da vida humana no mar e águas interiores; a prevenção e repressão às “novas ameaças”⁴⁴, como os atentados terroristas nas plataformas petrolíferas marítimas; a garantia da soberania nacional nas áreas jurisdicionais brasileiras, fiscalizando a pesca não autorizada por embarcações estrangeiras, a pesca predatória por pescadores brasileiros, a pesquisa não autorizada e o tráfego de navios e embarcações que estejam desrespeitando a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; a segurança orgânica das plataformas petrolíferas marítimas e das instalações de apoio; a segurança da área marítima contra o tráfego não autorizado.

Para atender a todas essas atribuições, a Marinha do Brasil tem liderado o desenvolvimento de um complexo sistema para monitorar todos os acontecimentos nas AJB, denominado Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, abrangendo uma área de 4.450.000km².

5.4 O Emprego da Marinha do Brasil na Defesa das Bacias Petrolíferas

A defesa das bacias petrolíferas precisa que a Marinha do Brasil cumpra as duas tarefas básicas do Poder Naval, previstas na Doutrina Básica da Marinha, quais sejam: controlar áreas marítimas e negar o uso do mar.

44 Ameaças advindas de atores não estatais, como o terrorismo.

6. REFLEXIVIDADE NA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

O novo campo de exploração na indústria de petróleo, neste início do século XXI, é a produção em alto-mar, no reino marítimo.⁴⁵ Uma nova fronteira cuja área produtora de maior capacidade é o triângulo dourado.⁴⁶ Seus vértices são formados pelo Golfo da Guiné, pela bacia petrolífera brasileira e pelo Golfo do México. A análise geopolítica do petróleo permite identificar a reflexividade resultante da atuação do poder naval brasileiro no Atlântico, utilizando como pressuposto teórico os quatro pilares do poder do estado: militar, econômico, político e ideológico, ou seja, os eixos de análise geopolítica e, conseqüentemente, da análise da geopolítica do petróleo, a fim de antecipar mudanças no balanço do sistema internacional, segundo Cohen (2015). A análise geopolítica, no trabalho, está limitado aos campos militar, político e econômico.

Outro campo de exploração petrolífera de interesse, muito embora embrionário, é a bacia petrolífera no entorno das Ilhas Malvinas, onde a reflexividade na geopolítica do petróleo, em face da atuação do poder naval brasileiro, é identificada e demonstrada neste capítulo.

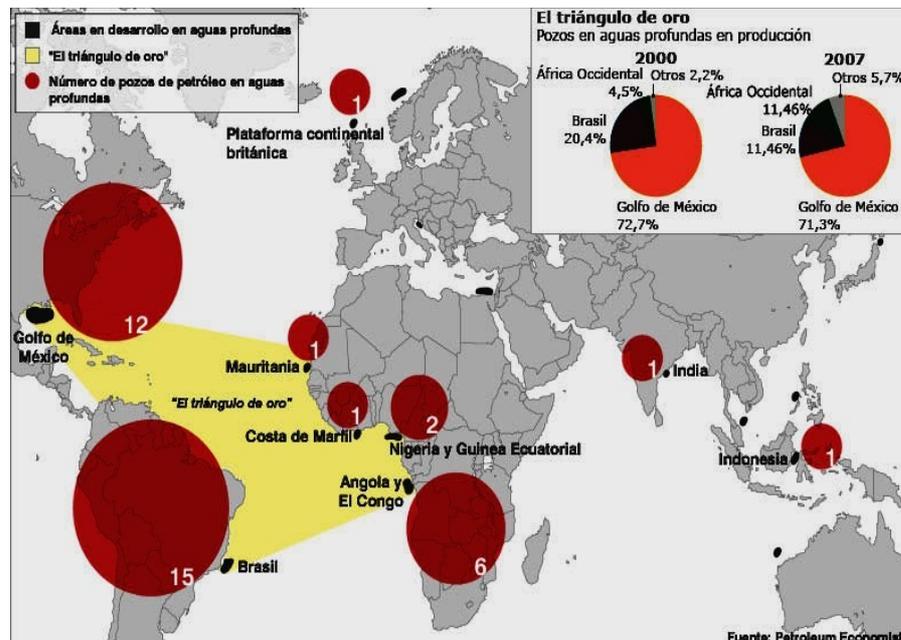


Figura 2- O triângulo dourado.

45 Capítulo 2.

46 Vide figura a seguir.

6.1 Pilar político

A aproximação do Brasil com os países africanos, especialmente os países lindeiros do Atlântico Sul, em face do entorno estratégico brasileiro, iniciou-se em 1986, no governo do Presidente José Sarney (1985-90), cuja iniciativa levou à criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, na esteira da Guerra das Malvinas de 1982.

As pegadas brasileiras se expandiram dramaticamente na África, na última década, refletindo a economia e a influência geopolítica, ambas crescentes.⁴⁷ Os organismos internacionais multilaterais constituem o fórum adequado para estreitar os laços e ampliar a segurança marítima, utilizando o poder naval como instrumento de política externa. Assim, o Brasil é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, que constituem o fórum adequado para estreitar laços. Nesse sentido, a Marinha do Brasil vem buscando cooperar com as marinhas africanas para estabelecer um ambiente de paz em seu entorno estratégico.

Neste século XXI, a segurança energética é um dos principais fomentos de conflito armado, uma vez que a energia é o principal insumo da economia, cuja escassez inibe o desenvolvimento econômico, e é necessária ao transporte de grãos. A fome é elemento canalizador de revoluções capaz de rupturas ao tecido social, ameaçando a sobrevivência do próprio estado.

A atuação do poder naval no reino marítimo tem consequência direta no reino continental, contribui no campo da política externa e resulta em reflexividade positiva⁴⁸ para a geopolítica do petróleo.

O Golfo da Guiné é um dos vértices do triângulo dourado, a nova fronteira de exploração da indústria petrolífera, a produção em alto-mar, situado no reino marítimo, ambiente no qual é identificada a reflexividade na geopolítica do petróleo resultante da atuação do poder

47 CARMODY, 2013, pg. 2283.

48 Contribuindo para a redução da volatilidade de preços do barril de petróleo no mercado internacional.

naval brasileiro.

6.1.1 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Foi criada em 1996, por iniciativa do Brasil, onde os estados-membros compartilham laços étnicos, históricos e culturais e linguísticos em comum e é constituída pelos membros Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste. Em 2010, foi aprovada a estratégia para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com o intuito de desenvolver a consciência situacional marítima para as marinhas africanas, prover segurança marítima e cooperação na área de defesa.

Com o objetivo de atender a resolução supramencionada, a Marinha do Brasil já vinha participando desde 2000 do exercício operativo multinacional Felino, contribuindo com a segurança marítima das plataformas petrolíferas e o estreitamento de laços diplomáticos. Depreende-se que essa participação resulta em reflexividade na geopolítica do petróleo.

6.1.2 Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

Foi criada em 1986 pela ONU, na esteira da Guerra das Malvinas (1982), com foco em múltiplas dimensões e destaque na cooperação sul-sul. Engloba todos os países da bacia do Atlântico Sul, quais sejam:

– Países africanos: África do Sul, Angola, Cabo Verde, Congo, Namíbia, Gâmbia, Guiné Equatorial, Guiné, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Libéria, Camarões, Nigéria, Benin, Togo, Gana, Gabão e Costa do Marfim, São Tomé e Príncipe;

– Países sul-americanos: Argentina, Brasil e Uruguai.

Atualmente, o plano de ação aprovado prevê a realização de seminários sobre tráfego marítimo, busca SAR, operação de paz, combate aos crimes transnacionais e delimitação da plataforma continental, ampliando a inserção do Brasil nos estados africanos limítrofes do Atlântico Sul.

6.1.3 Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul

O fórum trilateral – Índia, Brasil e África do Sul – tem como objetivo fortalecer os laços de coordenação e cooperação entre os países supramencionados, para a constituição de nova ordem mundial, em oposição aos países desenvolvidos que dominam o sistema financeiro mundial em detrimento dos países em desenvolvimento. O fórum trilateral permite ao Brasil uma aproximação mais estreita com a África do Sul, onde está o ponto focal de interesse a rota do Cabo, linha de comunicação marítima com a Ásia.

A Marinha do Brasil participa do exercício operativo multinacional “Atlasur” com a África do Sul, promove a segurança marítima na rota do Cabo, reduz os riscos dessa linha de comunicação marítima de petroleiros e contribui com reflexividade positiva para a geopolítica do petróleo.

6.2 Pilar econômico

Uma vez compreendida a correlação matemática financeira entre o poder naval e a atividade econômica, na terceira onda do capitalismo, justifica-se a presença da Marinha do Brasil no Atlântico Sul, operando isoladamente ou em conjunto com outras marinhas, além de contribuir com a redução da volatilidade dos preços do petróleo e estabilidade do sistema financeiro internacional.

6.2.1 Pirataria

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 define pirataria, em seu Artigo 101, como:

Constituem pirataria quaisquer dos seguintes atos:

- a) Todo ato ilícito de violência ou de detenção ou todo ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra:
 - i) um navio ou uma aeronave em alto-mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos;
 - ii) um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum estado;
- b) todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que deem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata; e
- c) toda a ação que tenha, por fim, incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas a) ou b).

Essa atividade ilícita encarece as mercadorias, os seguros e salários marítimos, preju-

dicando as indústrias pesqueira e petrolífera. O combate à pirataria está definida na Doutrina Básica da Marinha como umas das tarefas da Marinha do Brasil, na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira e alto-mar. Posteriormente, será visto amiúde que o Golfo da Guiné é um foco de pirataria crescente,⁴⁹ já que foram registrados 48 incidentes em 2013, e isso corresponde a 18% dos ataques em todo o mundo. A reflexividade na geopolítica do petróleo resultante da atuação do poder naval brasileiro consiste em reduzir os custos⁵⁰ da atividade econômica.

6.2.2.1 Golfo da Guiné

O Golfo da Guiné é o primeiro vértice do triângulo dourado, cuja produção de petróleo – de excelente qualidade vem aumentando substancialmente. Isso representa 50% das importações do Brasil, 40% das importações da Europa e se encontra entre as dez maiores áreas produtoras do mundo. Geograficamente localizado no continente africano, estende-se de Senegal até Angola, compreendendo a porção marítima dos seguintes países: Gâmbia, Guiné Equatorial, Guiné, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Libéria, Camarões, Nigéria, Benin, Togo, Gana, Gabão e Costa do Marfim, São Tomé e Príncipe e Congo. A ausência de uma política marítima comum a esses países não permite que eles mantenham seu mar em ordem, inclusive tais países possuem problemas sociais e políticos em comum.

O Golfo da Guiné é um foco crescente de pirataria,⁵¹ pois foram registrados, em 2013, 48 incidentes, o que corresponde a 18% dos ataques de pirataria em todo o mundo, conforme dados da seguradora *Allianz Global Corporate & Specialty*. Os piratas nigerianos foram responsáveis por 65% dos atos de violência, contabilizando 31 ataques. No ano anterior, 2012, os atos de pirataria no Golfo da Guiné ultrapassaram a quantidade somada do Golfo de Áden, no Oceano Índico, nas proximidades da Somália. Os estados que compõem o Golfo da Guiné não são estados falidos e precisam tomar medidas para acabar com a pirataria, de acordo com os

49 Safety and Shipping Review, 2014.

50 Pay-off.

51 Safety and shipping review 2014.

especialistas da *Allianz Global Corporate & Specialty* em risco marítimo, e podem ser alcançadas com ações conjuntas e compartilhamento de informação pelos estados limítrofes. Um dos ataques, partindo do delta do Níger, chegou à plataforma de petróleo da empresa *Royal Dutch Shell*, situada a 75 milhas do litoral, interrompendo a produção. Muitos dos ataques não são informados a fim de não aumentar o prêmio do seguro.

A Nigéria detém a maior produção de petróleo em alto-mar no delta do rio Níger. A área é instável e sujeita à pirataria, como consequência da luta étnica pelos recursos do petróleo, cujo desvio é utilizado para alimentar campanhas políticas entre o sul cristão e o norte muçulmano. Essas práticas atentam contra o meio ambiente, já que petróleo é derramado no mar por ocasião das ações de sabotagem. Essas ações são capazes de influenciar os preços do barril de petróleo, visto que a produção nessa região está entre as dez maiores produtoras do mundo, o que torna esse país extremamente vulnerável à oscilação do preço do petróleo.

“Navios de Guerra [...] têm feito muito para mitigar a pirataria [...] mas no Golfo da Guiné, apenas a Marinha da Nigéria pode prover segurança, o que está provado insuficiente. (safety and shipping review, 2014, tradução nossa)”

A presença de navios de guerra reduz o risco ao incrementar a segurança marítima mitigando as ocorrências de pirataria, e a correlação matemática financeira que corrobora essa assertiva foi apresentada no capítulo quatro. Essa é a lógica do “Obangame Express”, operação combinada multilateral liderada pela marinha dos Estados Unidos da América com a participação da Marinha do Brasil e as marinhas dos seguintes países: Camarões, Gabão, Gana, São Tomé e Príncipe e Espanha; na área do Golfo da Guiné, a fim de reduzir essa atividade ilícita, contribuiu com a segurança marítima internacional, provocando reflexividade na geopolítica do petróleo, uma vez que trouxe estabilidade para a região e reduziu a volatilidade dos preços do barril de petróleo no mercado internacional. A Marinha do Brasil também colabora com a consciência situacional marítima pela monitoragem e controle de áreas marítimas.

A pirataria e as novas ameaças geram um ambiente de incertezas que afeta a geopolítica do petróleo, interferindo nos preços e no seguro do frete, contrariando o desejo do mercado que necessita de um ambiente de estabilidade e segurança para seus negócios. A atuação do Poder Naval brasileiro resulta em reflexividade na geopolítica do petróleo ao combater a pirataria e essas novas ameaças à estabilidade financeira internacional.

6.2.2.2 Produção brasileira em alto-mar

As bacias petrolíferas brasileiras estão localizadas no Atlântico Sul, cuja área marítima de interesse direto do Brasil, está definido como do paralelo 16°N até o Continente Antártico, abrangendo as margens oeste da África e leste da América do Sul, incluindo o mar do Caribe em face dos interesses do estado brasileiro.

A Estratégia Nacional de Defesa destaca as duas subáreas marítimas mais importantes para a MB: o litoral das regiões sul e sudeste e a foz do Rio Amazonas. A primeira, pela grande concentração produtiva econômica tanto no continente como no mar; a segunda, pela relevância da região e por ser justamente a interseção entre a “Amazônia Verde” e a “Amazônia Azul”.

Quanto aos recursos energéticos e humanos existentes na AJB ou na Amazônia Azul, os valores estimados são os seguintes: a produção de petróleo é de cerca de 2,08 milhões de barris por dia, dos quais aproximadamente 82% provêm do mar; 90% das reservas totais de petróleo; 67% das reservas totais de gás natural; atualmente, são mais de 120 plataformas de petróleo, cerca de 150 embarcações de apoio e 98 Navios Petroleiros; nas bacias petrolíferas vivem, em regime de rodízio, mais de 30 mil pessoas, posicionadas entre 80 km e 270 km de terra.

A área geográfica atual da Bacia do Pré-sal⁵² é próximo a 149.000 quilômetros quadrados. Tal área está incluída na ZEE do Brasil, situada entre 150 km a 320 km e entre as profun-

52 Camada pré-sal refere-se a um tipo de rocha sob a crosta terrestre formada exclusivamente de sal petrificado. A distância entre a superfície do mar e os campos petrolíferos abaixo da camada do pré-sal chegam a 8000 metros.

didades de 500 e 2.500m. A extensão no eixo de Norte para Sul é de 1.400 km.

Atualmente, todas as áreas licitadas e as que estão por serem licitadas se localizam no interior da ZEE, mas a área do Pré-Sal pode estender-se até plataforma continental.

A presença do Poder Naval brasileiro atuando tanto na defesa como na segurança produz reflexividade na geopolítica do petróleo. A bacia petrolífera brasileira, além de seu valor econômico, possui grande dimensão em extensão e em área quadrada, necessitando ser acompanhada e monitorada continuamente. Os valores das reservas do Pré-Sal estão estimados entre 33 e 80 bilhões de barris.

O convênio firmado entre a Agência Nacional de Petróleo⁵³ e a Marinha do Brasil, estabelece que “inspetores navais lotados nas diversas Capitânicas dos Portos realizam perícias técnicas a bordo das instalações de perfuração e produção e emitem, em nome da Marinha do Brasil e da Agência, a Declaração de Conformidade para Operação de Plataformas”. Nessas perícias, “os seguintes sistemas são verificados: navegação, comunicação, salvatagem, prevenção da poluição, estabilidade, lastro e esgoto, movimentação de carga, propulsão, amarração e ancoragem, detecção, proteção e combate a incêndio e geração de energia”. A atuação da Autoridade Marítima Brasileira tem resultante na reflexividade da geopolítica de petróleo. A repercussão negativa na mídia em decorrência do vazamento da plataforma de petróleo na Bacia de Campos da empresa Chevron, em 2011, demonstra a força contrária à exploração de petróleo em alto-mar por parte de ambientalistas.

6.2.2.3 Golfo do México

O Golfo do México, terceiro vértice do triângulo dourado, a nova fronteira de produção petrolífera, escoar parte de sua produção pelo Canal do Panamá, pelo qual são transportados 0,6 milhões de barris por dia de petróleo e gás liquefeito e está situado ao sul do paralelo 16°N, área marítima de interesse diplomático, econômico e estratégico do Brasil.

Segundo Yergin (2011), à medida que o comércio de energia se globaliza, a proteção de

53 <http://www.anp.gov.br/?pg=27189>

toda a cadeia produtora de energia, da produção até o consumo, se faz necessária, e as vulnerabilidades são os pontos focais. O Canal do Panamá é um ponto focal de transporte de energia, nesse caso petróleo. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, havia receio norte-americano de que a Alemanha pudesse controlar o Haiti e, por sua vez, o Canal do Panamá e o transporte de petróleo por esse canal.



Figura 3-canal do Panamá

A presença da Marinha do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, desde 2004, trouxe estabilidade para a região, onde os Estados Unidos da América não ousaram se impor, e a pirataria, como descrita anteriormente, é fator de desestabilização que ocorre nas proximidades do Canal do Panamá, segundo Cohen (2015). O exercício Panamax, com a participação de meios da Marinha do Brasil, combate a pirataria nas proximidades do Canal do Panamá. A importância geopolítica da presença da Marinha do Brasil nessas duas operações, aumenta a inserção do estado brasileiro no Caribe comprometido com o livre mercado, que pertence ao entorno estratégico do Brasil. Depreende-se que a atuação do poder naval brasileiro nessa região produz reflexividade na geopolítica do petróleo.

6.2.3 Linhas de comunicação marítimas

A expansão do comércio é o grande fenômeno neste início de século XXI, com ressurgimento do Oriente. Até as grandes navegações, estima-se que China e Índia detinham 75% do produto bruto mundial. No século XV, surgem as grandes navegações com o pioneirismo dos países ibéricos, Portugal e Espanha; já a China abandonou seu poder marítimo e afundou seu crescimento econômico. Com o despertar da revolução industrial, a Europa acumulou riquezas, e, agora nesse início de século, o eixo econômico deslocou-se para leste. Assim, o comércio com a Ásia passa necessariamente pela rota do Cabo e o Oceano Índico, e a presença da Marinha do Brasil no Atlântico Sul contribui para a segurança marítima, que é a tarefa precípua do poder naval em tempo de paz e resulta em reflexividade na geopolítica do petróleo.

As ameaças às linhas de comunicação marítimas no Golfo da Guiné advêm dos seguintes tipos de criminalidade: roubo de óleo e carga para serem vendidos em terra, pirataria e roubo armado no mar, pesca ilegal e contrabando e tráfico de entorpecentes, pessoas e armas. Muito embora os ataques ocorram a menos de 12 milhas do litoral, os países lindeiros africanos não possuem uma guarda costeira tão bem equipada como suas marinhas.

A rota do Cabo é a linha de comunicação marítima mais importante do Atlântico Sul, sobretudo no caso de conflito generalizado, posto que, caso os canais do Panamá e Suez sejam fechados, a única rota para o Oriente é a do Cabo, capaz de atender os mercados europeu e leste dos Estados Unidos. Depois da crise do Canal de Suez, os estrategistas passaram a defender a ideia dos superpetroleiros a fim de eliminar a vulnerabilidade do Canal de Suez.

Há as linhas de comunicação marítimas entre o saliente nordestino e Dakar, cuja distância que os separa é pequena. A Marinha do Brasil está presente no arquipélago de São Pedro e São Paulo, a meio caminho, provendo a segurança marítima na região.

6.3 Pilar Militar

6.3.1 Malvinas

Em 1765, o Comodoro John Byson chegou às Malvinas e tomou posse das ilhas para a coroa britânica. Em 1774, a Grã-Bretanha se retirou das ilhas, e a Argentina, ainda colônia espanhola, ocupou-as. Em 1833, a Grã-Bretanha retomou as ilhas e expulsou os colonos argentinos. Em 1946, o Presidente argentino Juan Peron assumiu pacificamente a soberania das ilhas. Com a descolonização pós-Segunda Guerra Mundial, Argentina e Reino Unido negociaram a soberania até 1971, quando o assunto foi abandonado.

Em abril de 1982, tropas argentinas invadiram as Ilhas Malvinas por ordem do Presidente General Leopoldo Galtieri. A guerra perdurou até junho de 1982, quando as tropas argentinas estacionadas na ilha se renderam ao Major General Jeremy Moore, representando o Reino Unido.

Em 1992, Argentina e Reino Unido reataram relações diplomáticas e, a partir de 1994, a Argentina, sob nova constituição, reclamou a soberania das ilhas.

Após a crise econômica de 2001, a Argentina buscou investidores internacionais para financiar seu setor de energia. Sem a recuperação econômica, não há como reestruturar suas forças Armadas que ficaram combalidas após o fracasso de 1982, o que impediu uma reação argentina.

As Ilhas Malvinas têm sido motivo de aprofundamento da discórdia entre a Argentina e o Reino Unido, desde a derrota argentina na Guerra das Malvinas, em 1982. Em 2010, a exploração de petróleo intensificou a rivalidade, e as reservas estimadas variam de 8 bilhões de barris a 66 bilhões.

Em 2015, o Reino Unido anunciou o reforço de investimentos militares nas ilhas, em face das ofertas de aeronaves militares feita por China e Rússia.

Em reportagem no *Daily Mail* (2011), o Reino Unido associa o projeto do submarino

nuclear brasileiro a uma eventual ajuda à Argentina, no caso de novo conflito, já que o Brasil apoia as aspirações argentinas. A reportagem afirma que o submarino nuclear brasileiro altera dramaticamente o balanço de poder no Atlântico Sul. O projeto do submarino nuclear muda a percepção do Reino Unido sobre a defesa das Ilhas Malvinas, hoje área produtora de petróleo, e depreende-se que o projeto do submarino nuclear resulta em reflexividade na geopolítica do petróleo.

6.3.2 Quarta Esquadra

A Quarta Esquadra norte-americana, após executar operações antissubmarino contra submarinos alemães na Segunda Guerra Mundial, foi extinta em 1950, quando suas tarefas foram absorvidas pela Segunda Esquadra. Em 2008, a Quarta Esquadra foi reativada sem previamente informar aos outros países, o que resultou em protestos internacionais, inclusive do Brasil. Essa Esquadra é responsável pela região do Caribe, América Central e América do Sul e as águas em seu entorno. Sua principal tarefa é o combate ao tráfico de drogas. Na opinião do Professor Visentini:

O Brasil está, por exemplo, desenvolvendo seu próprio programa de submarino nuclear, em parte para proteger seu comércio e suas reservas recém-descobertas no Atlântico Sul. A reativação da 4ª esquadra no Atlântico Sul pode ter sido inspirada por isto (VISENTINI, 2010, apud CARNODY, 2013, tradução nossa).

Há indícios de que a percepção de que o projeto submarino nuclear brasileiro alterará o balanço de poder no Atlântico Sul, e a importância geopolítica do triângulo dourado, a nova fronteira na produção da indústria de petróleo, inspiraram os Estados Unidos da América a criarem a Quarta Esquadra. Esse é o indício mais forte de reflexividade na geopolítica do petróleo resultante do projeto do submarino nuclear. Tal exemplo se encaixa perfeitamente no pressuposto teórico de Cohen (2015), no qual a análise geopolítica é capaz de antever alterações no balanço de poder do Estado e sua maior inserção na comunidade internacional. [...] A estrada para a condição do Brasil de potência global é refletida no desenvolvimento do próprio programa do submarino nuclear [...], afirma o jornal britânico *Daily Mail*, em edição de

2011. As iniciativas norte-americanas de militarização da área, bem como a recriação da Quarta Esquadra no Atlântico Sul, é matéria de interesse do Brasil, segundo Carmody (2013).

7 CONCLUSÃO

O petróleo é a principal matéria-prima da geopolítica, e a história demonstra que, desde o Império Bizantino, com o fogo grego, essa fonte energética vem sendo utilizada como arma, o amálgama da geopolítica. A segurança energética é fundamental para a sobrevivência do estado moderno, origem da relação entre defesa e recursos energéticos, e o Poder Naval e a geopolítica do petróleo se correlacionam no aspecto financeiro.

Pode-se identificar reflexividade na geopolítica do petróleo, no triângulo dourado, à luz dos pilares militar, político e econômico, fruto da atuação da Marinha do Brasil no Atlântico Sul. A análise geopolítica permite identificar indícios de que a presença da Força Naval alterou o *status quo* nos três pilares supramencionados do poder do estado brasileiro, aumentando a inserção do Brasil na comunidade internacional. Do ponto de vista do pilar econômico, observa-se que o modelo matemático comprova a redução causada pela presença da Força Naval na volatilidade nos preços do barril de petróleo, uma vez que a instabilidade de preços não é do interesse da comunidade internacional. A correlação matemática financeira mencionada no capítulo quatro corrobora com a capacidade que a atuação do Poder Naval tem de contribuir com a riqueza nacional.

A participação da Marinha do Brasil em exercícios operativos singulares, conjuntos ou multilaterais em áreas produtoras de petróleo, no triângulo dourado, contribui com positiva reflexividade para a geopolítica do petróleo, atenuando atividades ilícitas, como a pirataria, e contribuindo para a fiscalização e preservação do meio ambiente, atendendo à agenda internacional, e dissipando argumentos de grupos ecológicos contrários à exploração de petróleo em alto-mar.

A percepção por parte do Reino Unido, em reportagem publicada pelo jornal *Daily Mail* (2011), de que o projeto do submarino nuclear altera o balanço do poder no Atlântico Sul e a recriação da Quarta Esquadra pelos Estados Unidos da América são fortes indícios resultantes

da reflexividade causada pelo Poder Naval brasileiro no pilar militar, com influência direta na geopolítica do petróleo no Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Legislativo n. 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem). *Diário Oficial (da República Federativa do Brasil)*, Brasília, DF, 26 set. 2013. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decreto_legislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>. Acesso em: 28fev.2015.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília, DF, 2014.

CARMODY, Pádraig. **The Rise of the BRICS in Africa: The Geopolitics of South-South Relations**, London: Zed Books Ltd, 2013, 4622 p.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics, The Geography of International Relations**, London: Rowman and Littlefield, 2015, 12998 p.

DAILY MAIL (2011) 'Brazil to build nuclear submarines which will dramatically alter balance of power in South America', Daily Mail. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2015731/Brazil-build-nuclear-submarines-dramatically-alter-balance-power-South-America.html>> Acesso em 30mai.2015.

GREMALD, Amaury Patrick. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**, São Paulo: Editora Atlas, 2014, 659 p.

HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Nova York: Collier Books, 1962, 519 p.

LOCKE, John. **Essay Concerning Human Understanding**, Indiana: Hackett Publishing, 1996, 308 p.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon history**. Boston: Little, Brown & Co., 1890, 105 p.

MANFREDA, John. **The Evolution of the Oil Weapon-Analysis**. Disponível em:<<http://www.eurasiaview.com/04062015-the-evolution-of-the-oil-weapon-analysis/>> Acesso em 04jun.2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Lisboa: Europa, 1976, 182 p.

NATENBERG, Sheldon. **Option Volatility & Pricing**. New York: Macgrow-Hill,1994, 466 p.

NYE, Joseph. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente, 2009, 367 p.

PARKER, Geoffrey. **Geopolitics: Past, Present and Future**. London: Cassell, 1998, 199 p.

SAFETY and SHIPPING REVIEW, Munich, 2014, *Allianz Global Corporate & Specialty*, 31 p.

SÉBILLE-LOPEZ, PHILIPPE. **Geopolíticas do Petróleo**. Paris: Armand Colin, 2006, 411p.

SILVA, JACKSON SALES. *et al.* **Ampliar, Junto à Sociedade Brasileira, o Conhecimento Sobre a Importância do Conceito de “Amazônia Azul”**, 2006. 30f. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) - Escola de Guerra Naval, 2006, 30 p.

SMITH, Adam. **The Wealth of Nations**. New York: Modern Library, 1994, 537 p.

TOFFLER, Alvin e Heidi. **Riqueza Revolucionária**. São Paulo: Futura, 2007, 586 p.

TOFFLER, Alvin e Heidi. **Guerra e Antiguerra**. São Paulo: Record, 1994, 349 p.

WAAL, James. **The Utility of Naval Power: four questions for navies**, Jane's Navy International, 2015, 10 p.

YERGIN, Daniel. **The Prize: The aepic Quest for Oil, Money, and Power**, New York: Free Press, 2009. 908 p.

YERGIN, Daniel. **The Quest: Energy, Security, and The Remaking of the Modern World**, New York: The Penguin Press, 2011. 16090 p.

ZOELLIK, Robert. The end of the Third World. *World Bank*. 14 abr.2010. Disponível em Worldbank:<<http://blogs.worldbank.org/voices/zoellick-end-of-the-third-world>>Acesso em: 17 Julho 2015.